TRT 15ª REGIÃO

COMITÊ GESTOR LOCAL
DE GESTÃO DE PESSOAS

ATA DE REUNIÃO

Reunião Ordinária do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas		
DATA	**LOCAL**	**HORÁRIO**
9 de maio de 2022	*Google Meet* - Videoconferência	início às 17h30
Pauta da Reunião		
Em prosseguimento à reunião de 4 de maio de 2022.		
Participantes	- Desembargadora Luciane Storel; - Desembargadora Eleonora Bordini Coca; - Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes - Juíza Ana Cláudia Torres Vianna; - Juíza Márcia Cristina Sampaio - Lara de Paula Jorge; - Univer Cristiano Nogueira da Silva; - Luiz Henrique de Freitas Pereira; - Iara Cristina Gomes; - Ivan Bagini.	
Secretariou a reunião a Servidora Juliana Hauptmann Borelli Thomaz, Assistente da Secretaria de Gestão de Pessoas.		

A Exma. Desembargadora Luciane Storel, Coordenadora do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, cumprimentou a todos e deu início à reunião, em continuação à reunião anterior (04/05).

1. **Oficina Pensando Gestão de Pessoas - Secretários de Audiência (continuação)**

Após considerações, os membros aprovaram o encaminhamento das seguintes propostas:

- Formalizar proposta para a EJUD para disponibilizar a tutoria para os Secretários de Audiência;

- Plantão de TI específico para Secretários de Audiência - proposta para que o atendimento que já é feito ao 1º Grau seja feito a partir das 8h, tendo em vista o horário de início da realização das audiências nas Unidades da 15ª Região;

- Aprovada a recomendação para que a Corregedoria observe o delta de cada Unidade para a aprovação dos Planos de Ação (que seja observada a proporcionalidade de servidores da Unidade);

- Recomendar que a Corregedoria também empreenda esforços para mudar os indicadores do iGest (Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho) na fase de conhecimento e considere também os processos conciliados e não só os julgados;

- Foi aprovada a proposta para que a cada implantação de versão nova do PJe seja disparado e-mail aos magistrados e servidores com relação às modificações no sistema de 1º grau, principalmente as que impactam no iGest;

- Aprovada a proposta de construção de um banco de especialidades e interesses;

- A Comissão deliberou por formar um protocolo para que a Administração possa lançar mão do trabalho remoto dos Secretários de Audiências e Mediadores dentro de uma Circunscrição para poder suprir Varas mais pesadas com relação à pautas dobradas (projeto-piloto na Circunscrição de Bauru);

- Recomendação para que nos Planos de Ação possa ser incluída a utilização de mediadores formados pela EJUD, que não estejam vinculados ao CEJUSC e auxiliados pelos estagiários da Vara na antecipação de pautas das Varas mais assoberbadas;

- A Comissão deliberou por estudar termos de cooperação de estagiários com instituições de ensino superior;

- Reiterar a recomendação de pausas para os magistrados e secretários de audiências, bem como em eventuais substituições dos secretários durante as sessões (Recomendação GP-SS n. 01/2021);

- Recomendação de folga e revezamento de 1 vez por semana para os secretários de audiência, que seja revezado por um servidor com função comissionada;

- Recomendação para que na elaboração do normativo em cumprimento à Resolução 296/CNJ seja prevista a vinculação de uma Função Comissionada (FC) à substituição de um secretário de audiência;

- Com relação ao desinteresse dos servidores em ocuparem algumas funções (secretários de audiência, diretores de secretaria, assistentes de juiz), a Comissão recomenda que os servidores sejam valorizados nas capacitações e nas campanhas do Comitê.

- Recomendação para que nas capacitações e nas Correições seja dada ênfase ao feedback positivo e à valorização do quadro de magistrados e servidores;

- Recomendação de reuniões periódicas de alinhamento para conscientização coletiva da força de trabalho e do senso de colaboração.

2. Propostas da Oficina da Participação Feminina

A Exma. Desembargadora Eleonora Bordini Coca contextualizou os participantes sobre a Oficina da Participação Feminina realizada em 6 de abril, com projeto-piloto no Fórum Trabalhista de Jundiaí.

A Exma. Desembargadora Luciane Storel fez uma breve leitura das propostas aprovadas na Oficina, cuja ata foi compartilhada com os membros do Comitê como material de apoio:

1. Proposta de aprovação e envio de um formulário para as Magistradas, servidoras e terceirizadas do Fórum de Jundiaí com o seguinte questionamento: quais as necessidades básicas para a melhor qualidade do trabalho da mulher?
2. Proposta de campanha a ser veiculada no segundo semestre deste ano, que englobará os 4 constructos referentes ao machismo elencados pela Exma. Desembargadora Eleonora: *mansplaining, bropriating, manterrupting e gaslighting.*
3. Proposta de formação de “banco de especialidades e interesses” para abordar as especialidades femininas, a fim de subsidiar projetos e trabalhos tais como a Oficina da Mulher.
4. Proposta de equalização da representatividade feminina em comitês, comissões, bancas e cargos: estes espaços devem ser preenchidos de forma equilibrada e proporcional por homens e mulheres.
5. instalação de ducha higiênica nas dependências da Instituição.

ATA DE REUNIÃO

Os membros do Comitê, após debates e considerações, aprovaram os seguintes encaminhamentos:

1. Recomendar, para o melhor conforto do trabalho das mulheres nas Unidades, que ao menos um banheiro femimino de cada Unidade seja guarnecido por ducha higiênica, cujo método de higienização deve ser observado pelo setor competente;

2. Recomendar uma Campanha Educativa para o 2ª semestre voltada para situações corriqueiras englobando os 4 constructos referentes ao machismo: *mansplaining, bropriating, manterrupting e gaslighting.*
   Foi eleito como grupo de trabalho, que trabalhará com a Comunicação Social, o mesmo grupo que está trabalhando na outra campanha do Comitê.

3. Recomendar à Administração representatividade feminina proporcionalmente em comitês, comissões, bancas e cargos em comissão - que seja observada de forma equilibrada e proporcional por homens e mulheres.

A proposta que aborda o banco de especialidades femininas, já foi aprovada no item da Oficina Pensando Gestão de Pessoas.

Por fim, a Exma. Desembargadora Luciane Storel agradeceu a disponibilidade de todos e encerrou a reunião

APROVAÇÃO DA ATA	
Divulgada por e-mail em	26/5/2022
Considerada aprovada em	30/5/2022